

CATEGORIA SOCIAL CONSTRUCIONISTA: GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NAS INFÂNCIAS

Maria Izabella da Silva Rosa ¹
Fernanda Alvino dos Santos ²
Marcio José de Lima Rezende Filho ³

INTRODUÇÃO

O conceito de infância é produzido, fundamentalmente, como um dispositivo histórico de poder, cuja instrumentalidade compreende a uma formação discursiva que gesta outras variáveis substanciais, não obstante a provisoriedade particular à sua definição. Sem dúvida, não se trata de uma experimentação unívoca e comum, já que as subjetividades infantis apresentam modos complexos de conformação, resistência e modificação, afeitas a processos de diferenciação oriundos de múltiplas ordens.

Logo, questões de gênero, sexualidade, etnia/raça, nacionalidade, classe, religião, entre outros elementos se correlacionam ao objetivo dessa profusão de existências e experiências. A infância é frequentemente marcada por uma visão de imaturidade que posiciona a criança como sujeito passivo, subordinada à lógica adulta e a estruturas de poder como o sexismo.

As crianças performam expressões de gênero conforme suas vivências sociais e resignificando normas, compreender esse desenvolvimento por uma visão estritamente biológica ignora que tais papéis são construções sociais, não determinações naturais. No entanto, a família e escola constantemente moldam estereótipos de gênero na infância, reforçando desigualdades baseadas no patriarcado e na divisão sexual do trabalho.

METODOLOGIA

A pesquisa adota a abordagem qualitativa, que conforme Gatti (2004), esse método propõe uma visão abrangente dos fenômenos sociais, distanciando de análises estritamente mensuráveis ao reconhecer a importância de analisar todos os componentes de um contexto e as relações entre si. Além disso, utilizamos da pesquisa bibliográfica, que constitui uma fonte relevante para identificação de lacunas, apontamentos mais

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: m.izabellasr@gmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fernandasantos99560@gmail.com;

³ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marciolimajr900@gmail.com



recentes e subsidia as alegações dos pesquisadores diante dos dados (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022).

O percurso metodológico concentrou-se em estudos e produções científicas que abordam as instâncias entre as categorias de classe, raça e gênero de maneira interseccional diante dos âmbitos escolares e familiares. Delimitamos o corpus do estudo foi pautado na pertinência temática, a partir de referenciais teóricos clássicos e contemporâneos que contribuíram para a compreensão do objeto de investigação.

GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E INFÂNCIA

A noção de imaturidade cognitiva e intelectual na infância põe as crianças como indivíduos passivos e até mesmo como instrumentos de atuação dos adultos, as quais diante do processo de socialização, muitas das vezes, são coagidas a se enquadrarem em determinados padrões. O processo de construção social das crianças se dá através de relações de poder que valorizam a perspectiva do adulto, a partir de uma mesma ótica que impõe uma relação de superioridade/inferioridade entre homens e mulheres (Marchi, 2011). Essa lógica de controle e subordinação dos corpos infantis se entrelaça a outras estruturas de poder, como o sexismo, diante de uma ação que obscurece a construção das subjetividades e lhes nega direitos.

As crianças naturalmente vão performar expressões de gênero diante das mais diversas relações sociais nas quais estão inseridas, muitas das vezes, essas exteriorizações são justificadas por diferenças biológicas entre meninos e meninas. Essa concepção equivocada anula que os papéis e expressões de gênero são frutos da socialização, ao designar o sexo biológico como determinante nesse processo. Desse modo, a apropriação dos papéis de gênero não ocorre a partir do que é institucionalizado hegemonicamente como masculino ou feminino, mas pelo processo de releitura e ressignificação conduzido pelas próprias crianças (Fróis, 2020).

A instituição escolar é uma instância de exame incessante e eficaz, no que tange às capacidades de medição, classificação e produção das crianças. O campo de visibilidade é invertido para supostamente tornar o avaliador imperceptível nas malhas da sua produção, enquanto o avaliado surge em vitrine e, assim, pode ser perpetuamente distinguido. A fim de solidificar o funcionamento, recorre a um arcabouço documental, estruturado por registros organizados em inventários dos elementos descritíveis e calculáveis. Os sujeitos infantis, então, são convertidos em casos observáveis, que podem ser contrapostos em regimes de comparação, classificação, exclusão e normalização.



Como resultado, é elaborada uma força combinatória de táticas e procedimentos disciplinares, sutis, anônimas, funcionais, no qual a diferenciação comporta-se como a molécula essencial à operatividade (Kohan, 2011).

INTERSECCIONALIDADE E INFÂNCIA

Os disparadores que engendram Raça, Gênero e Sexualidade defrontam-nos a ligações substanciais no laço social. A sociedade pauta-se em construções sócio históricas para performatividade deste indivíduo em sua tenra idade, visto que os marcadores identitários postulam, como também, atravessam consonâncias relativas a um discurso de poder, de desigualdades e oportunidades. A realidade, ou verdade, é privada quando esse indivíduo se banha de uma linguagem e cultura no cerne do novo normativo, transporto por controle e saber.

No íterim da questão, os comportamentos das infâncias destinam-se a uma adequação quanto às normas sociais. As instituições como a escola, mídia e família apropriam-se de um controle que versam sobre manutenção na regulação dos corpos, modelos interpostos, classe, raça e gênero. Intencionalmente, primar sobre a intencionalidade castrativa de discursos normatizadores que privilegiam uma determinada infância (branca, heteronormativa) declara-nos uma cisão do que é considerado aceito e o que fica à margem, rechaçado. Gomes (2023), declara que o processo entre Raça e Infância é tensionado por punição; falta de representativa nas extensões de lugares legitimadores; infância dissidentes são vistas como nocivas e mais ameaçadoras. Portanto, a interseccionalidade baliza este trabalho para esmiuçar as opressões que se inter cruzam e mostram-se com tónus despóticas/dominadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta inquirição provocativa, pudemos tecer pontes sobre infâncias e sua articulação entre as performatividades de gênero, sexualidade e raça. O campo estudado constitui-se diante da nossa compreensão como um espaço-poder que constitui e engendra sujeitos e suas subjetividades, desde infantes, até, sua relação na cultura e atuação de não neutralidade, no concerne, aos disparadores verticalizados.

Ainda, notamos que, como Scott (2012) e Lopes Louro (2004) apregoam, as prática pedagógicas apontam necessidade de uma desnaturalização quanto às categorias massificadora do gênero, raça e sexualidade na infância. Visto que, a sociedade impera numa adoção coercitiva de reprodutibilidade normativa nos espaços formativos, escolas e lares, sendo esse repertório, inculcido, e é, maquinado como chave nos preceitos



repetíveis no exercício de olhar para as alteridades, diversidade e a diferença subjetiva do indivíduo na infância. Portanto, observa-se com a revisão de literatura que a visão construtiva de infância ainda está intrincada numa naturalização categorizada de corpos e formas de ser.

A atuação, entre infâncias e as categorias analíticas e sócio-políticas das identidades, entrecruzam e interagem criando experiências castradas e pautadas na opressão, discriminação e privilégio. Foucault (1971), declara que, pontos elucidativos acerca dos dispositivos e sua microfísica de poder, estariam representados, ou mesmo, simbolizados nas repressões dentro de um discurso; exercido como incitador de classificação e controle.

Para tal fim, até o presente, vemos as crianças sendo alvo dos dispositivos de vigilância, assim como, cindidas numa perspectiva patriarcalista e cisheteronormativa. Nesta via, a escola e a família, ainda, possuem papel basilar nessa relação de performance, sendo estas instâncias perpetuadoras da seguridade e policiamento das formas “impostas” de ser e estar no espaço-tempo.

Palavras-chave: infância, gênero, raça, sexualidade.

REFERÊNCIAS

- BRABO, T. S. A. M.; SILVA, M. E. F. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?. **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 7, n. 3, 2016.
- FOUCAULT, Michel. 1971. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Ed. Loyola.
- FRÓIS, É. S. A construção da expressão de gênero na infância: do gesto à palavra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 2, p. 1-15,
- GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 01, p. 11-30, 2004.
- GOMES, N. L.. Estudos e Pesquisas Sobre Educação, Raça, Gênero e Diversidade Sexual. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e275110, 2023.
- GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V.; PEREIRA, A. P. M. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, v. 33, p. e20200141, 2022.
- KOHAN, W. O. **Infância:** entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARCHI, R. de C. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos pagu**. p. 387-406, 2011.
- SCOTT, Joan W. **Os usos e abusos do gênero.** Projeto História, n. 45, p. 327-351, 2012.

